

*Brasília, 01 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNN Brasil Online

Domingo, 31 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>Cafés do Circuito das Águas Paulista ganham Indicação Geográfica .....</b>	<b>3</b>
---	----------

## Migalhas

Domingo, 31 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

<b>Plágio de software: Como provar, o que a lei protege e como agir .....</b>	<b>4</b>
---	----------

## MSN Notícias

Domingo, 31 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

<b>Deepfakes e IA generativa pressionam regulação no Brasil e aceleram busca por aut... ..</b>	<b>7</b>
--	----------

## Economia & Negócios - Estadão

Domingo, 31 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

<b>The Economist: Por que o mundo precisa de mais franquias .....</b>	<b>9</b>
---	----------

## Folha de S. Paulo

Segunda-feira, 01 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

<b>EUA indicam estar prestes a concluir investigação comercial contra o Brasil .....</b>	<b>11</b>
--	-----------

## Cafés do Circuito das Águas Paulista ganham Indicação Geográfica



Grãos arábica cultivados em até 1.400 metros de altitude na Serra da Mantiqueira destacam-se pela doçura e sabor

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** reconheceu a **Indicação Geográfica (IG)** Circuito das Águas Paulista, na modalidade Indicação de Procedência (IP), para cafés produzidos na região da Serra da Mantiqueira, em São Paulo.

A certificação abrange café em grão cru e café industrializado nas formas de torra em grão e torrado moído. A área delimitada engloba nove municípios paulistas: Águas de Lindóia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro.

Com o novo reconhecimento, o Brasil passa a contar com 173 **Indicações Geográficas** registradas pelo **INPI**, sendo 130 Indicações de Procedência e 43 **Denominações de Origem**.

A tradição cafeeira da região remonta ao século XIX. De acordo com a documentação apresentada

ao **INPI**, a cafeicultura chegou ao Circuito das Águas Paulista por volta de 1835, vinda da região de Campinas. As condições de clima e altitude encontradas nas ramificações da Serra da Mantiqueira favoreceram a expansão da atividade.

Na segunda metade do século XIX, municípios como Amparo e Serra Negra se consolidaram como importantes polos produtores de café. O desenvolvimento foi impulsionado pela expansão ferroviária e pela chegada de imigrantes europeus, especialmente italianos, contribuindo para o fortalecimento da economia regional.

Atualmente, a produção local está voltada principalmente para cafés especiais. Segundo a associação requerente, os grãos produzidos na região se destacam pela doçura acentuada e pelas características sensoriais obtidas a partir do cultivo de variedades arábica em altitudes que podem chegar a 1.400 metros.

Além da atividade agrícola, o turismo rural tem contribuído para fortalecer a identidade da região. Fazendas históricas, cafeterias especializadas e experiências ligadas à cultura do café ajudam a promover o nome Circuito das Águas Paulista no mercado nacional.

A entidade responsável pelo pedido também informou que existe a possibilidade de a região pleitear futuramente a conversão do registro para a modalidade Denominação de Origem (DO), etapa que depende de estudos técnicos e do atendimento às exigências legais previstas para esse tipo de certificação.

# Plágio de software: Como provar, o que a lei protege e como agir



Plágio de software: Como provar, o que a lei protege e como agir juridicamente Marcello Ávila Nascimento Bug idêntico em dois softwares? Não é coincidência - é plágio. Saiba o que a Lei 9.609/98 protege, como provar em juízo e quanto vale a indenização. domingo, 31 de maio de 2026

Atualizado em 29 de maio de 2026 15:35

A proteção jurídica do software no Brasil é tema de crescente relevância no contencioso empresarial, sendo, ao mesmo tempo, um dos campos mais mal compreendidos pelos titulares de programas de computador. Quando um ex-sócio, ex-funcionário ou concorrente lança no mercado um produto que parece suspeitamente idêntico ao seu, a primeira pergunta é inevitável: isso é plágio de software, e é possível provar? A resposta exige compreender precisamente o que a lei 9.609/98 protege, o que ela deliberadamente deixa desprotegido, e qual é o caminho técnico-jurídico para construir uma prova robusta. Este artigo aborda cada um desses pontos com base na doutrina nacional e estrangeira mais qualificada e na jurisprudência mais recente dos tribunais superiores brasileiros.

## 1. O que a lei protege e o que ela não protege

A lei 9.609/98 assimila o programa de computador ao regime da obra literária (lei 9.610/98), protegendo a expressão (o código na sua literalidade), não a

ideia, a funcionalidade ou o resultado produzido. Conforme magistério de Newton Silveira em sua

obra clássica sobre direito autoral de software, a dicotomia ideia-expressão é o eixo sobre o qual orbita toda a matéria: protege-se como o programador disse algo, não o quê ele disse.

Denis Borges Barbosa aprofunda essa análise ao distinguir os diferentes níveis de abstração do software (da lógica do negócio ao código-objeto), concluindo que a proteção autoral incide sobre a expressão original em cada nível, mas nunca sobre o algoritmo subjacente enquanto regra matemática ou método de operação.

No plano norte-americano, Pamela Samuelson (UC Berkeley) e David Nimmer (Nimmer on Copyright) desenvolveram o chamado AFC test (Abstraction, Filtration, Comparison), metodologia que filtra do corpus a ser comparado tudo aquilo que não é protegível: elementos ditados pela eficiência, requerimentos externos (padrões de mercado, APIs), e domínio público. O que sobra, depois dessa filtração, é o núcleo comparável. O teste é amplamente referenciado em laudos periciais brasileiros de alta complexidade.

Manoel Joaquim Pereira dos Santos e Marcos Wachowicz sublinham, no âmbito nacional, que a proteção jurídica do software abrange o código-fonte e o código-objeto na mesma medida, isto é, o executável compilado goza de proteção equivalente ao texto original, o que tem implicações diretas para as hipóteses em que o adversário não entrega voluntariamente o código-fonte.

O que não é protegido

Elemento

Protegido?

Fundamento

Código-fonte original

Sim

Art. 2º, Lei 9.609/98

Código-objeto compilado

Sim

Art. 2º, §1º, Lei 9.609/98

Algoritmo matemático subjacente

Não

Ideia não protegida

Funcionalidade / o que o programa faz

Não

Art. 8º, I, Lei 9.610/98

Interface gráfica (UI/UX)

Controvertido

Ver jurisprudência abaixo

Semelhança por características funcionais

Não

Art. 6º, III, Lei 9.609/98

Este último ponto (art. 6º, III) é frequentemente mal utilizado como escudo por contrafatores. O dispositivo afasta a infração quando a semelhança decorre das características funcionais da aplicação. Mas, como demonstrou o TJ/PR no caso Gear Up × Langowski (2024), há um limite: quando a imitação ultrapassa a semelhança funcional e alcança a experiência de interface (look and feel), o perito reconheceu "plágio por derivação" mesmo com códigos-fonte distintos. O STJ concedeu efeito suspensivo ao recurso especial, reconhecendo tensão com o art. 6º, III, o que sinaliza que a jurisprudência superior ainda não pacificou o tema.

## 2. Bibliotecas, código aberto e licenças

Um ponto frequentemente ignorado pelos clientes e até por advogados menos especializados é que a presença de componentes de código aberto no software objeto da disputa afeta diretamente a análise pericial e a extensão da proteção.

Bibliotecas de terceiros (open-source, domínio público ou licenciadas) devem ser excluídas do núcleo protegível antes de qualquer comparação. O perito que não realiza essa filtragem produz um laudo tecnicamente comprometido e facilmente atacável pela parte adversa.

As licenças de software livre variam enormemente quanto à permissão de derivações:

MIT / BSD / Apache 2.0: permissivas, ou seja, o código pode ser incorporado a software proprietário sem obrigação de abertura do código derivado. A

cópia é permitida desde que mantidos os avisos de autoria.

GPL v2 / v3 (copyleft): o software derivado deve ser distribuído sob a mesma licença GPL; qualquer incorporação de código GPL em produto proprietário sem observância desta regra constitui violação contratual e de direito autoral.

LGPL: versão menos restritiva do GPL, admite uso em software proprietário com restrições menores.

Creative Commons: aplica-se a conteúdo, não a código, sendo sua invocação para software tecnicamente incorreta.

O advogado que assessora um cliente em caso de plágio de software deve, portanto, antes de qualquer notificação, mapear quais bibliotecas de terceiros foram utilizadas, sob quais licenças, e se o adversário as incorporou adequadamente. Descobrir que o código "plagiado" é, na verdade, uma biblioteca GPL pública enfraquece dramaticamente a tese autoral, embora possa revelar, por outro lado, uma violação de licença igualmente relevante.

## 3. Como provar o plágio

O maior obstáculo prático em todo caso de plágio de software é o acesso ao código-fonte do concorrente. Há quatro caminhos jurídicos, em ordem crescente de complexidade:

I. Entrega voluntária: ocorre quando há relação contratual anterior (contrato de trabalho, NDA, sociedade) que produza obrigação de confidencialidade. A existência do contrato fundamenta pedido de exibição (arts. 396-404, CPC).

II. Ação de exibição de documentos: cabível quando o detentor tem obrigação legal ou contratual de exibir o código. Requer indicação precisa do documento e demonstração do interesse jurídico.

III. Tutela de urgência para preservação de prova (art. 301, CPC): indicada quando há risco de que o código seja apagado, sobrescrito ou ofuscado antes da perícia. Permite busca e apreensão, acesso a servidores e depósito em juízo.

O caso PARADIGMA × IBID (STJ, REsp 2.228.760-SC, relator ministro Humberto Martins, 2026) demonstra a eficácia dessa via: a busca e apreensão dos servidores da ré, realizada sob contraditório com apresentação de quesitos pelo assistente técnico, produziu o laudo que sustentou a condenação em todas as instâncias.

IV. Engenharia reversa do binário: quando nenhum caminho anterior é viável, ferramentas como Ghidra (NSA, gratuita) e IDA Pro permitem descompilar executáveis e recuperar aproximações do código-fonte. O perito deve deixar explícito no laudo que trabalha sobre uma representação aproximada, uma vez que essa representação tem caráter indiciário, não conclusivo.

e confira o artigo na íntegra.

Marcello Ávila Nascimento Sócio ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA | +29 anos **INPI** | + 22 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia | Pós Prop Industrial-UERJ | Mestrado Prop Intelectual-**INPI** | Pós Proc Civil-PUC | Pós Saúde-Verbo.

## Deepfakes e IA generativa pressionam regulação no Brasil e aceleram busca por autenticação digital



O avanço de conteúdos gerados por inteligência artificial, especialmente deepfakes e fraudes digitais, tem ampliado o debate sobre regulação da IA e a necessidade de mecanismos mais robustos de verificação de autenticidade na [internet](#).

Nesse sentido, o tema ganhou força diante da dificuldade crescente de identificar o que é real e o que foi manipulado digitalmente.

Principalmente em um ambiente em que imagens, áudios e vídeos podem ser criados ou alterados em poucos segundos. IA e deepfakes ampliam risco de desinformação e fraudes

Para a fundadora da InspireIP, Caroline Nunes, o problema central está na ausência de uma camada de rastreabilidade no ambiente digital.

"No universo digital está cada vez mais difícil saber o que é falso e o que é genuíno. Hoje não existe uma camada de rastreabilidade que permita saber quem criou um conteúdo, quantas vezes ele foi modificado ou qual foi a última alteração", afirmou.

De acordo com ela, o avanço da IA generativa ampliou esse cenário.

"A criação de conteúdo ganhou escala com a inteligência artificial, mas a capacidade de comprovar origem e integridade não evoluiu na mesma velocidade", disse. Deepfakes afetam desde eleições até [propriedade intelectual](#)

Caroline destaca, então, que os impactos vão além da desinformação.

Eles já atingem diferentes áreas, como eleições, [direitos autorais](#) e até crimes digitais.

"Quando a gente olha para deepfakes, o primeiro impacto é eleitoral e de fake news, mas isso vai muito além. Tem questão de [propriedade intelectual](#), uso indevido de imagens, músicas e até conteúdos protegidos sendo modificados com IA", explicou.

Nesse sentido, ela também cita riscos mais graves envolvendo exploração de imagens e conteúdos ilícitos gerados por IA.

"O problema é a facilidade de pegar uma imagem e transformar isso em algo completamente diferente, inclusive em contextos criminosos. Isso é extremamente preocupante", afirmou. Regulação de IA ainda não acompanha velocidade da tecnologia

No campo regulatório, a avaliação é que o Brasil ainda não possui uma legislação específica para inteligência artificial, o que cria lacunas na responsabilização de abusos.

Segundo a advogada e especialista em regulação digital Elaine Coimbra, o país depende hoje de um conjunto de normas já existentes.

"O Brasil ainda não tem uma lei específica de IA. Hoje, quando ocorre um abuso, se recorre à Constituição, LGPD, Marco Civil da [Internet](#), Código Civil e normas penais", explicou.

Para ela, o problema é que essas regras não foram desenhadas para a lógica da inteligência artificial.

"A IA muda a natureza do risco. Ela classifica pessoas, recomenda decisões e gera conteúdo sintético. O arcabouço atual não é suficiente para governança, transparência e responsabilização clara", disse. Debate sobre responsabilidade

Assim, Coimbra defende ainda que a responsabilidade por danos envolvendo IA deve ser compartilhada entre diferentes agentes da cadeia tecnológica.

"Não existe um único culpado. Desenvolvedores, integradores e usuários podem ter responsabilidade, dependendo do nível de controle e do impacto da

aplicação", afirmou.

De acordo com ela, quem se beneficia economicamente da tecnologia também deve responder por seus efeitos.

"Não basta dizer que a culpa é do algoritmo. Quem coloca a tecnologia em operação também assume deveres de cuidado", disse. Regulação, tecnologia e combate a deepfakes caminham juntos

Apesar do avanço de soluções técnicas de autenticação e verificação de conteúdo, especialistas avaliam que tecnologia sozinha não é suficiente para conter a disseminação de deepfakes.

Caroline Nunes afirma que o cenário exige combinação entre inovação e regulação.

"A gente consegue criar camadas de autenticidade e rastreabilidade, mas sem regulação isso não se sustenta", disse.

Dessa forma, ela defende que a legislação precisa acompanhar o ritmo da tecnologia.

"Não adianta ter tecnologia se o 'não' não é respeitado. A regulação precisa caminhar junto, senão a gente não sai do lugar", afirmou. IA generativa acelera corrida global por autenticidade digital

Nesse sentido, cresce globalmente a busca por soluções capazes de verificar a origem de conteúdos digitais, especialmente diante da expansão de ferramentas de IA generativa.

A expectativa é que mecanismos de autenticidade e rastreabilidade passem a integrar a infraestrutura básica da **internet**, em meio à pressão por mais segurança informacional e combate à desinformação.

O post Deepfakes e IA generativa pressionam regulação no Brasil e aceleram busca por autenticação digital apareceu primeiro em BPMoney.

## The Economist: Por que o mundo precisa de mais franquias



De pizzarias a academias de pilates, as franquias criam milionários e deixam os clientes felizes

Abrir o resumo Como enriquecer nos Estados Unidos de hoje? Fundar uma startup de inteligência artificial pode parecer tentador, mas a maioria fracassa. Obter um diploma avançado e trabalhar arduamente como advogado corporativo ou financista já foi um caminho seguro para a riqueza, mas agora parece ameaçado pela IA. Talvez você deva olhar, em vez disso, para a empresa que provavelmente criou mais milionários do que qualquer outra na história: o McDonald's. PUBLICIDADE A maioria de suas lojas são franquias, administradas por empresas independentes que pagam royalties à marca - e muitas vezes fazem fortuna. Se fast food não é a sua praia, não se preocupe: o modelo de franquia pode ser encontrado em todos os lugares, de hotéis a estúdios de Pilates. Embora possam não ter o prestígio social de um escritório de canto em Wall Street, as franquias enriquecem muitos americanos.

Segundo relatos, o país até mesmo criou recentemente seu primeiro franqueado bilionário. Elas também impulsionam o crescimento. Mais países deveriam tentar criar uma economia baseada em franquias - e os Estados Unidos deveriam proteger a sua própria economia da regulamentação excessiva. O sistema de franquias sempre foi alvo de desprezo. À medida que o modelo se disseminou nas décadas de 1970 e 1980, foi ridicularizado por economistas como pouco mais que uma tática barata de crescimento, na qual os franqueados investiam o capital para abrir novas lojas. Os críticos alegam que os franqueados não são empreendedores "de verdade", como Elon Musk ou Steve Jobs, mas

meros gerentes de loja glorificados, obcecados com a ilusão de serem seus próprios chefes. PUBLICIDADE No entanto, o sistema de franquias passou a representar uma parcela cada vez maior do mercado americano: existem quase 850 mil lojas franqueadas, administradas por um quarto de milhão de empresários.

Uma em cada oito empresas com pelo menos um funcionário nos Estados Unidos é uma franquia - aproximadamente o dobro da participação em seus concorrentes internacionais mais próximos, como Japão e Alemanha. O franchising funciona devido às leis fundamentais da economia: alinha incentivos de forma produtiva e divide o trabalho. Surge quando um negócio exige muitos funcionários geograficamente dispersos; quando monitorar a equipe seria difícil ou caro; e quando o conhecimento do funcionamento dos mercados locais é importante. Nessas condições, faz sentido dividir a responsabilidade entre um franqueador, que se concentra na marca e no produto, e um franqueado, que se adapta às condições locais. O resto do mundo pode aprender com o sucesso desse modelo. As franquias prosperam em parte devido aos pontos fortes do capitalismo americano. Direitos de **propriedade intelectual** robustos protegem as marcas das franquias, enquanto mercados de capitais sólidos facilitam o acesso a empréstimos para os franqueados. Mas as franquias também se beneficiaram de uma boa regulamentação.

Existe uma vasta quantidade de informações públicas sobre como funcionam os modelos de franquia. Isso porque os franqueadores são obrigados a divulgar como lucram com os franqueados, fornecer estimativas de custos iniciais e taxas recorrentes, e revelar quaisquer problemas legais que estejam enfrentando. PUBLICIDADE Muitos também divulgam detalhadamente o desempenho financeiro dos franqueados existentes. O sistema de franquias prosperou após a introdução de regras que exigiam transparência na divulgação de informações, em 1979. Desde 1986, o número de unidades franqueadas quase triplicou. Tentativas mais recentes de regulamentar o franchising têm sido menos acertadas.

Críticos afirmam que o franchising explora e burla as frágeis leis trabalhistas americanas, por exemplo, dificultando a sindicalização dos trabalhadores. Tais críticos propõem que os franqueadores sejam considerados empregadores conjuntos dos trabalhadores franqueados. Isso exporia os franqueadores a um enorme risco legal: eles poderiam, por exemplo, ser processados se um franqueado, que contrata e paga seus funcionários, não pagasse as horas extras corretamente.

Essa mudança tornaria o franchising muito mais arriscado e, ao centralizar o sistema, minaria muitas de suas vantagens. Em última análise, seria contraproducente para os trabalhadores, que se beneficiam das inúmeras oportunidades de emprego criadas pelas franquias, em setores praticamente intocados pela IA. O franchising pode não ser glamoroso, mas é eficiente. Melhor que continue assim. Publicidade: Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

# EUA indicam estar prestes a concluir investigação comercial contra o Brasil



Donald Trump e Jamieson Greer, que comanda o USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA)

EUA indicam estar prestes a concluir investigação comercial contra o Brasil

Apuração com base na Seção 301 pode prever novas tarifas e reforçar pressão contra governo Lula após designação de PCC e CV como organizações terroristas

Ricardo Della Coletta

**BRASÍLIA** A investigação comercial aberta por Donald Trump contra o Brasil - que pode resultar em novas tarifas sobre o país - deve ter suas conclusões preliminares publicadas neste mês, segundo a expectativa de diferentes pessoas envolvidas com o tema ouvidas pela Folha.

O calendário trabalhado pelo USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA) para o encerramento da chamada Seção 301 prevê a divulgação das primeiras recomendações cerca de um mês antes do prazo final do processo, marcado para 15 de julho. Interlocutores dos setores público e privado dizem que a divulgação preliminar pode ocorrer ainda nos primeiros dias de junho.

O objetivo do USTR é abrir consulta para que o setor privado comente os resultados antes da elaboração do relatório definitivo.

Essa investigação tem potencial para causar danos adicionais à economia brasileira, para além das tarifas impostas pelo republicano em 2025, e traz o risco de sanções consideradas de difícil reversão.

Eventuais sanções com base na Seção 301 podem renovar a pressão de Washington sobre a gestão Lula (PT).

Elas se somariam à decisão do governo americano, anunciada na quinta-feira (28), de declarar as facções PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas. O receio no Palácio do Planalto e no setor privado é que essa designação amplie custos de compliance e afugente investidores do país.

Diferentemente do tarifaço, a Seção 301 tem respaldo jurídico mais consolidado nos Estados Unidos, e punições com base nela dificilmente seriam questionadas com sucesso na Justiça.

De acordo com os interlocutores consultados, o mais provável é que tanto os achados preliminares quanto o documento final sobre a Seção 301 proponham a imposição de tarifas sobre produtos brasileiros para corrigir o que, segundo os americanos, seriam práticas comerciais injustas.

Essas autoridades ouvidas dizem não ser possível estimar, neste momento, qual seria a tarifa recomendada nem a gama de produtos afetados.

A partir da sugestão do USTR, cabe a Trump decidir se aplica ou não as punições.

Há ainda a possibilidade de que o USTR proponha extensão da investigação por mais alguns meses, cenário que representaria um alívio para o governo Lula. Essa hipótese, no entanto, é considerada pouco provável pelas pessoas consultadas.

---

Continuação: EUA indicam estar prestes a concluir investigação comercial contra o Brasil

de Março)

A investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 foi instaurada pelo USTR em julho de 2025, como uma das medidas anunciadas

O USTR é comandado pelo embaixador Jamieson Greer. Na reunião entre as equipes de Lula e Trump na Casa Branca, realizada em 7 de maio, ele foi apontado como o auxiliar do republicano que mais se queixou da forma como o Brasil conduz o comércio com os EUA.

Greer ficou especialmente irritado com o governo Lula devido ao impasse na OMC (Organização Mundial do Comércio) sobre a prorrogação da moratória do comércio eletrônico, que isenta de tarifas downloads digitais. Ele acusou Brasil e Turquia de bloquear um acordo sobre o tema.

No dia 19, Greer teve uma primeira reunião virtual com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. Embora ambos tenham classificado a conversa em termos positivos, o lado brasileiro saiu frustrado com a falta de clareza sobre o prazo de um mês que Lula e Trump teriam dado a seus auxiliares para resolver divergências comerciais.

De acordo com pessoas ouvidas pela Folha, os trâmites da Seção 301 - que incluem temas tarifários - seguem seu fluxo normal e não parecem ter sido afetados pelo pedido de Lula a Trump por mais tempo para as negociações.

Um dos pedidos feitos a Greer foi justamente a abertura de um período de consulta pública, para que as empresas e o governo brasileiro possam comentar as eventuais recomendações.

Entenda a Seção 301

O que é Mecanismo da Lei de Comércio dos EUA, de 1974, que permite retaliar, com medidas tarifárias e não tarifárias, qualquer nação que tome práticas vistas como injustificadas e que penalizam o comércio americano

O que é alvo na investigação sobre o Brasil Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico (Pix); tarifas consideradas 'injustas ou preferenciais' (etanol); proteção da **propriedade intelectual** (rua 25

---

Continuação: EUA indicam estar prestes a concluir investigação comercial contra o Brasil

por Trump em reação ao que o republicano classificou como "caça às bruxas" contra Jair Bolsonaro (PL).

O governo americano incluiu no processo a análise de práticas em diferentes frentes: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas consideradas "injustas ou preferenciais"; leis anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

Os alvos vão desde queixas antigas de Washington, como as tarifas brasileiras sobre a importação de etanol, até o Pix. Empresas americanas de cartão de crédito alegam que o Banco Central concede tratamento preferencial ao sistema de pagamento instantâneo, o que o governo Lula nega.

Também sob a justificativa de perseguição política a Bolsonaro, o Brasil foi atingido no ano passado por um tarifaço de Trump que elevou a sobretaxa para até 50% sobre uma série de produtos.

Impactos inflacionários nos Estados Unidos e a gradual aproximação entre as gestões Lula e Trump - que culminou em dois encontros entre os presidentes no fim de 2025 - levaram à ampliação de exceções ao tarifaço.

Em fevereiro, a Suprema Corte americana considerou ilegal o uso da IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional) para justificar tarifas abrangentes contra parceiros comerciais dos EUA. Como reação à determinação judicial, o republicano impôs uma tarifa global de 10%, que expira no final de julho.

Além da apuração aberta em 2025, o Brasil entrou na mira de outra ação do USTR, iniciada neste ano, para analisar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando nos EUA.

Esse processo avalia práticas em cerca de 60 países e foi lançado poucas semanas após a decisão da Suprema Corte que derrubou o tarifaço. Segundo especialistas, o objetivo dos EUA é mirar o comércio de parceiros com a China.

# Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem .....	1
Direitos Autorais .....	5,6
Marco regulatório   INPI .....	1,2,3,4
Propriedade Industrial .....	1
Propriedade Intelectual .....	5,6,7,8,9,10,11